

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
---	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	259.638
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>259.638</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	2.728.868	2.659.782
1.01	Ativo Circulante	517.153	543.898
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.161	48.240
1.01.03	Contas a Receber	413.228	452.725
1.01.03.01	Clientes	404.882	446.189
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	458.440	485.048
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-53.558	-38.859
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.346	6.536
1.01.03.02.01	Conta a receber de partes relacionadas	2.436	1.702
1.01.03.02.02	Adiantamentos a fornecedores	610	463
1.01.03.02.04	Demais contas a receber	3.739	2.283
1.01.03.02.05	Cessão de crédito	1.561	2.088
1.01.04	Estoques	2.449	1.846
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.508	40.666
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.508	40.666
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.807	421
1.02	Ativo Não Circulante	2.211.715	2.115.884
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	240.107	225.095
1.02.01.03	Contas a Receber	478	478
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	478	478
1.02.01.06	Tributos Diferidos	98.424	93.179
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	94.655	89.975
1.02.01.06.02	Ativos fiscais diferidos	3.769	3.204
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	141.205	131.438
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	35.810	24.564
1.02.01.09.04	Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
1.02.01.09.05	Provisão para perdas sobre bens e direitos	-920	-920
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	105.341	102.941
1.02.01.09.07	Outro realizáveis a longo prazo	54	3.933
1.02.02	Investimentos	380	380
1.02.02.01	Participações Societárias	380	380
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	380	380
1.02.04	Intangível	1.961.331	1.870.892
1.02.04.01	Intangíveis	1.961.331	1.870.892
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.961.331	1.870.892
1.02.05	Diferido	9.897	19.517

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	2.728.868	2.659.782
2.01	Passivo Circulante	747.237	862.241
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.567	7.746
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.567	7.746
2.01.02	Fornecedores	238.989	307.760
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	238.989	307.760
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	369.854	333.834
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	369.854	333.834
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	369.854	333.834
2.01.05	Outras Obrigações	125.827	212.901
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	863	10.045
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	863	10.045
2.01.05.02	Outros	124.964	202.856
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	17.800	73.759
2.01.05.02.05	Obrigações com fundo de pensão	19.060	1.122
2.01.05.02.06	Demais contas a pagar	10.416	8.188
2.01.05.02.07	Tributos a recolher	77.688	68.957
2.01.05.02.08	Concessão a pagar	0	50.830
2.02	Passivo Não Circulante	724.143	723.631
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	561.096	543.744
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	561.096	543.744
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	561.096	543.744
2.02.02	Outras Obrigações	89.687	104.079
2.02.02.02	Outros	89.687	104.079
2.02.02.02.05	Obrigações com fundo de pensão	89.687	104.079
2.02.04	Provisões	73.360	75.808
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	73.360	75.808
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15.216	13.515
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.938	30.916
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25.206	31.377
2.03	Patrimônio Líquido	1.257.488	1.073.910
2.03.01	Capital Social Realizado	544.500	442.830
2.03.02	Reservas de Capital	2.194	2.194
2.03.02.07	Reserva incentivos fiscais	2.194	2.194
2.03.04	Reservas de Lucros	544.500	653.464
2.03.04.01	Reserva Legal	86.737	86.737
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	196.414
2.03.04.10	Reserva de expansão	457.763	370.313
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	191.969	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-25.675	-24.578

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	780.767	2.284.060	991.301	2.787.402
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-501.214	-1.544.048	-731.463	-2.080.802
3.03	Resultado Bruto	279.553	740.012	259.838	706.600
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-120.494	-359.810	-116.828	-319.079
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-114.609	-343.624	-110.820	-307.056
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	2.445	0	724
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.885	-18.631	-6.008	-12.747
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	159.059	380.202	143.010	387.521
3.06	Resultado Financeiro	-27.761	-85.874	-24.345	-67.256
3.06.01	Receitas Financeiras	14.181	27.807	5.905	18.477
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.942	-113.681	-30.250	-85.733
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	131.298	294.328	118.665	320.265
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.968	-102.359	-40.749	-114.090
3.08.01	Corrente	-40.877	-106.783	-41.269	-111.975
3.08.02	Diferido	-4.091	4.424	520	-2.115
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	86.330	191.969	77.916	206.175
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	86.330	191.969	77.916	206.175
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,33250	0,73937	0,30009	0,79409

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	86.330	191.969	77.916	206.175
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-354	-1.098	-2.884	-2.884
4.02.01	Despesas com Fundo de Pensão	-354	-1.098	-2.884	-2.884
4.03	Resultado Abrangente do Período	85.976	190.871	75.032	203.291

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	194.789	196.053
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-192.063	-213.841
6.01.01.01	Juros Pagos	-104.235	-63.896
6.01.01.02	IR e CSLL pagos	-87.828	-144.974
6.01.01.03	IRRF sobre JCP pagos	0	-4.971
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-93.552	-72.725
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	26.608	-20.945
6.01.02.02	Tributos a recuperar e diferidos	89.495	127.879
6.01.02.03	Estoques	-603	-318
6.01.02.04	Outros ativos	-1.510	6.402
6.01.02.05	Fornecedores	-114.022	-19.912
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	4.821	4.019
6.01.02.07	Tributos a recolher	-93.628	-146.410
6.01.02.08	Partes relacionadas	-9.917	102
6.01.02.09	Obrigações com fundo de pensão	2.449	-7.334
6.01.02.10	Outros passivos	2.228	-18.108
6.01.02.11	Créditos restituíveis	527	1.900
6.01.03	Outros	480.404	482.619
6.01.03.01	Lucro líquido antes IR/CSL	294.328	320.266
6.01.03.02	Amortização do intangível e diferido	81.014	82.465
6.01.03.04	Juros, var. monet. e cambiais sobre empréstimo	98.389	73.274
6.01.03.05	Contingências	-2.448	798
6.01.03.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.699	5.816
6.01.03.07	Desconto obtido sobre aporte concessão a pagar	-2.124	0
6.01.03.08	Reversão PCLD	-3.454	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-161.833	-162.153
6.02.01	Aquisições do ativo intangível	-161.954	-162.171
6.02.02	Recebimento pela venda do ativo intangível	0	18
6.02.05	Baixa líquida de ativo intangível	121	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.035	-17.471
6.03.01	Amortização de empréstimos	-20.783	-44.044
6.03.02	Ingressos de empréstimo	80.000	120.000
6.03.03	IRRF sobre juros capital próprio	-6.212	0
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-57.040	-93.427
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	28.921	16.429
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.240	50.136
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.161	66.565

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	442.830	2.194	653.464	0	-24.578	1.073.910
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.830	2.194	653.464	0	-24.578	1.073.910
5.04	Transações de Capital com os Sócios	101.670	0	-108.964	0	0	-7.294
5.04.01	Aumentos de Capital	101.670	0	-101.670	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-7.294	0	0	-7.294
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	191.969	-1.098	190.871
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	191.969	0	191.969
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.098	-1.098
5.07	Saldos Finais	544.500	2.194	544.500	191.969	-25.676	1.257.487



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	362.585	2.194	603.294	0	-24.268	943.805
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	362.585	2.194	603.294	0	-24.268	943.805
5.04	Transações de Capital com os Sócios	80.244	0	-240.660	0	0	-160.416
5.04.01	Aumentos de Capital	80.244	0	0	0	0	80.244
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	-240.660	0	0	-240.660
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	206.175	-2.884	203.291
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	206.175	0	206.175
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.884	-2.884
5.05.02.06	Resultado Fundo de Pensão	0	0	0	0	-2.884	-2.884
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	80.196	0	0	80.196
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	80.196	0	0	80.196
5.07	Saldos Finais	442.829	2.194	442.830	206.175	-27.152	1.066.876

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
7.01	Receitas	2.683.419	3.177.691
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.700.533	3.185.612
7.01.02	Outras Receitas	2.594	1.312
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	1.702	1.312
7.01.02.02	Outras Receitas Não Operacionais	892	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.708	-9.233
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.970.729	-2.467.660
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.538.517	-2.080.799
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-432.212	-386.861
7.03	Valor Adicionado Bruto	712.690	710.031
7.04	Retenções	-81.014	-82.465
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-81.014	-82.465
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	631.676	627.566
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.807	18.473
7.06.02	Receitas Financeiras	27.807	18.473
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	659.483	646.039
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	659.483	646.039
7.08.01	Pessoal	70.212	62.676
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.082	45.957
7.08.01.02	Benefícios	15.478	13.409
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.652	3.310
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	275.345	283.620
7.08.02.01	Federais	183.087	187.147
7.08.02.02	Estaduais	90.987	94.832
7.08.02.03	Municipais	1.271	1.641
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	121.957	93.568
7.08.03.01	Juros	113.681	85.729
7.08.03.02	Aluguéis	8.276	7.839
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	191.969	206.175
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	191.969	206.175

## Comentário do Desempenho

### Em milhares de Reais

O volume total de gás vendido no terceiro trimestre foi de 939.430 mil metros cúbicos, com uma queda de 25,8% em comparação ao terceiro trimestre de 2015. O mercado convencional, isoladamente, apresentou um aumento de 1,14% ao mesmo período de 2015, com um volume total de 382.107 mil metros cúbicos, pelo efeito combinado de maior volume no segmento doméstico, comercial e GNV e menor volume consumido pelo segmento industrial. No mercado termelétrico, foi registrada uma queda em comparação com terceiro trimestre de 2015, com despacho total de 557.323 mil metros cúbicos, 37,4% inferior ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente, pela redução das atividades econômicas do país e melhora de nível dos reservatórios hidroelétricos. O mercado doméstico, comercial e GNV somaram um total 259.503 metros cúbicos neste trimestre, apresentando um aumento de 4,7% frente ao mesmo período de 2015 e o mercado Industrial apresentou redução de 5,0% em relação ao mesmo período de 2015, alcançando um volume de 332.466 mil metros cúbicos.

O resultado bruto apurado até o fechamento neste terceiro trimestre de 2016 foi de R\$ 279.553 mil, o que representa um aumento de 7,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou no trimestre um lucro líquido de R\$ 86.330 mil, inferior em 10,8% ao obtido no mesmo período do ano anterior, principalmente por maiores despesas operacionais e pior resultado financeiro.

O LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) no terceiro trimestre de 2016 atingiu o montante de R\$ 159.059 mil contra R\$ 143.010 mil em igual período de 2015.

Os investimentos realizados no terceiro trimestre de 2016 somaram R\$ 247.073 com contração de -10,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao maior volume de projetos singulares referente à reforço de rede e construção de gasodutos, combinado com definições finais do projeto para nova sede operativa e projetos informáticos. Neste terceiro trimestre de 2016, os investimentos foram aplicados principalmente em projetos de manutenção preventiva e corretiva, juntamente com renovação de redes e ramais, com 61,8% e em Zona Consolidada e.

A Companhia atingiu, ao final do terceiro trimestre de 2016, o total de 899 mil clientes o que representa um crescimento de 3,9% comparado ao mesmo período de 2015.

## Notas Explicativas

### **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG** **Notas explicativas às Informações Trimestrais** **Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **1 Informações gerais**

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês. Ambos os prazos previstos foram integralmente cumpridos na forma do contrato de concessão.
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUJ;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.11 e 14).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo grupo GAS NATURAL FENOSA cuja sede é em Barcelona - Espanha, e está registrada na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros.

A emissão dessas informações trimestrais foi recomendada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 10 de novembro de 2016.

## **2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando aplicável) mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

### **2.2 Apresentação de informação por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 24.

### **2.3 Moeda funcional**

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os 2 de 42

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

### 2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável.

### 2.5 Ativos financeiros

#### 2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

#### (a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa, contas a receber de partes relacionadas, demais contas a receber e cessão de crédito.

#### 2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

#### 2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **2.6 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### **2.7 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidos pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas



## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"), considerando os critérios descritos na Nota 2.6.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

### **2.8 Estoques**

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

### **2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

### **2.10 Depósitos judiciais**

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 13).



## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### 2.11 Ativos intangíveis

#### (i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços ou prazo do contrato, dos dois o menor.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

#### (ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

#### (iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 14).

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### 2.12 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 15).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

### 2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 30 de setembro de 2016.

### 2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **2.16 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### **2.17 Benefícios a funcionários**

#### **(a) Obrigações de aposentadoria**

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 22).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(b) Outras obrigações pós-aposentadoria**

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

**(c) Participação nos lucros**

A Companhia contabiliza provisões mensais com base na expectativa de fechamento do ano.

**2.18 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

**2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

**2.20 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

**(a) Venda de gás**

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

**(b) Venda de mercadorias**

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

**(c) Serviços de Construção**

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

**(d) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

**(e) Cessão de crédito**

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

**2.21 Demonstrações do valor adicionado**

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações trimestrais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**2.22 Resultado básico por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

**2.23 Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o 2º trimestre de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho 10 de 42

## Notas Explicativas

### **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG** **Notas explicativas às Informações Trimestrais** **Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

de 2014, com vigência para 1 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

##### **(a) Reconhecimento da receita de venda de gás**

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 30 de setembro de 2016 foi de R\$ 137.500 (R\$ 197.318 em 31 de dezembro de 2015).



## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais**

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**(c) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa**

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 30 de setembro de 2016 de R\$ 28.931 (R\$ 68.853 em 31 de dezembro de 2015).

**(d) Vida útil do ativo intangível**

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

**(e) Provisão para contingência**

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

**(f) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **4 Gestão de risco financeiro**

#### **4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 30 de setembro de 2016, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição a taxas de juros e risco cambial.

#### **(a) Risco de mercado**

#### **(i) Risco cambial**

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima.

#### **(ii) Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.



## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(b) **Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma perda estimada para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a Companhia goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
<b>Em 30 de setembro de 2016</b>			
Empréstimos e financiamentos	395.764	128.553	650.150

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP**

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 853.789, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 30 de setembro de 2016, indicava uma taxa mediana da Selic em 14,16%. A TJLP estimada é de 7,50%, cenário provável para o ano de 2016.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 30/09/2016 - %	14,13	14,13	14,13
Dívida líquida - bancos	812.684	812.684	812.684
Taxa anual estimada do CDI em 30/09/2016 - %	14,16	17,70	21,24
Despesa financeira	244	29.013	57.782
IR E CS	83	9.864	19.646
DESPESA (RECEITA) FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTC	161	19.148	38.136

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 30/09/2016 - %	7,50	7,50	7,50
Dívida líquida - BNDES	41.106	41.106	41.106
Taxa TJLP estimada em 30/09/2016 - %	7,50	9,38	11,25
Despesa financeira	-	771	1.541
IR E CS	-	262	524
DESPESA (RECEITA) FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTC	-	509	1.017

### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pela dívida líquida mais o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	930.950	877.578
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(77.161)</u>	<u>(48.240)</u>
Dívida líquida	853.789	829.338
Total do patrimônio líquido	<u>1.257.489</u>	<u>1.073.910</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>2.111.278</u>	<u>1.903.248</u>
Índice de alavancagem financeira - %	40	43

O índice de alavancagem financeira no 3º trimestre de 2016 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice do 3º trimestre de 2016 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a Companhia mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 17).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

### 4.3 Instrumentos financeiros

#### (a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

#### (b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

### 5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b><u>Empréstimos e recebíveis</u></b>		
Contas a receber de clientes	458.440	485.048
Caixa e equivalentes de caixa	77.161	48.239
Contas a receber de partes relacionadas	2.436	1.702
Demais contas a receber	3.739	2.283
Cessão de crédito	1.561	2.088
	<u>543.814</u>	<u>539.360</u>
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b><u>Outros passivos financeiros</u></b>		
Empréstimos e financiamentos	930.950	877.579
Contas a pagar de partes relacionadas	862	10.045
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	249.405	371.805
	<u>1.181.217</u>	<u>1.259.429</u>

### 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

### 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	102	65
Depósitos bancários	45.361	48.175
Aplicações financeiras (a)	31.698	-
	<u>77.161</u>	<u>48.240</u>

(a) Aplicação em CDB foi contratada em 3 de maio de 2016 no Banco Santander, com taxa de rendimento de 99% do CDI. A aplicação possui liquidez imediata.

### 8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	298.931	271.157
Do setor público	<u>13.280</u>	<u>13.077</u>
	<u>312.211</u>	<u>284.234</u>
<b>Não faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	135.232	194.718
Do setor público	<u>2.268</u>	<u>2.600</u>
	<u>137.500</u>	<u>197.318</u>
Vendas de equipamentos	<u>8.729</u>	<u>3.496</u>
	<u>458.440</u>	<u>485.048</u>

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>A vencer</b>		
Faturado	238.451	180.019
Não faturado	<u>137.500</u>	<u>197.318</u>
<b>Vencidas</b>		
Até três meses	21.809	59.468
De três a seis meses	7.121	9.384
Acima de seis meses (a)	<u>53.559</u>	<u>38.859</u>
	<u>458.440</u>	<u>485.048</u>

- (a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Após 40 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 16 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Em 1º de janeiro	38.859	35.440
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	46.199	33.032
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	<u>(31.499)</u>	<u>(29.613)</u>
	<u>53.559</u>	<u>38.859</u>

A variação ocorrida na provisão para créditos de liquidação duvidosa deve-se, principalmente, aos efeitos da crise econômica do país, resultando em redução significativa na recuperação de recebíveis junto a órgãos públicos, clientes com ações de recuperação judicial e postos de GNV.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações trimestrais é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**9 Tributos a recuperar**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS (a)	11.312	13.893
FINSOCIAL (b)	13.136	13.800
ICMS a recuperar (c)	24.343	12.935
Contribuição Social (d)	2.815	17.265
Imposto de renda retido na fonte	2.189	3.201
Outros	<u>4.523</u>	<u>4.136</u>
	<u>58.318</u>	<u>65.230</u>
Circulante	<u>(22.508)</u>	<u>(40.666)</u>
Não circulante	<u>35.810</u>	<u>24.564</u>

(a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizado os valores estimados.

(b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 23(a(ii))).

(c) Refere-se, substancialmente, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.088 (R\$ 3.592 em 31 de dezembro de 2015), créditos de ICMS sobre patrocínios acumulados até o período no montante de R\$ 9.180 (R\$ 9.278 em 31 de dezembro de 2015) e créditos acumulados sobre aquisição de gás no montante de R\$ 12.000 (não havia saldo em 31 de dezembro de 2015) acumulados de janeiro a setembro de 2016 provenientes, principalmente, de gás adquirido de fora do Estado do Rio de Janeiro.

(d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

**10 Ativos fiscais diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**Composição**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	98.424	93.179
	<u>98.424</u>	<u>93.179</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Obrigações de fundo de pensão	53.584	51.430
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.587	4.792
Provisão para contingências	29.537	28.677
Mudança de prática - novos CPCs (*)	(4.925)	(4.886)
Fornecedores	6.364	7.132
Outras	5.277	6.034
Ativo não circulante	<u>98.424</u>	<u>93.179</u>

(\*) Os itens das mudanças de prática são:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita de ajuste a valor presente	(919)	(895)
Juros e variação monetária Gásius (nota 22)	(4.006)	(3.991)
	<u>(4.925)</u>	<u>(4.886)</u>

**(a) Movimentação**

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	<u>IR e CS diferidos ativos sobre</u>						
	<u>Obrigações de fundo de pensão</u>	<u>Provisão para devedores duvidosos</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Mudanças de práticas</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	51.430	4.792	28.677	(4.886)	7.132	6.034	93.179
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.588	3.795	860	(39)	(768)	(1.012)	4.424
Creditado (debitado) no Imposto corrente	566					255	821
<b>Em 30 de setembro de 2016</b>	<u>53.584</u>	<u>8.587</u>	<u>29.537</u>	<u>(4.925)</u>	<u>6.364</u>	<u>5.277</u>	<u>98.424</u>



**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**(b) Realização**

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2023, conforme demonstrado a seguir:

2017	14.101
2018	19.958
2019	18.931
2020	18.931
2021	18.931
2022	3.786
2023	3.786
	98.424

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

**11 Transação com partes relacionadas**

	<u>Ativo</u> <u>circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>Circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>não</u> <u>circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	168	821	-	-	7.655
Gás Natural Informática	-	-	-	-	4.519
Gás Natural Serviços Integrales	-	-	-	-	379
Gás Natural Fenosa	-	-	-	101	-
CEG Rio S.A.	2.109	-	-	10.468	-
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	110	-	-	736	-
Gás Natural Serviços S.A.	47	41	-	208	-
Gás Natural do Brasil S.A.	2	-	-	12	299
Dividendos a pagar					
Gas Natural Distribuicion					
Lationamerica, S.A.	-	9.642	-	-	-
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	-	402	-	-	-
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	-	6.151	-	-	-
Fundo de investimento em Ações – Dinâmica Energia	-	1.574	-	-	-
Demais acionistas	-	31	-	-	-
Empréstimos e financiamentos					



**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 17)	-	24.601	20.220	-	3.603
Em 30 de setembro de 2016	<u>2.436</u>	<u>43.263</u>	<u>20.220</u>	<u>11.525</u>	<u>16.455</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.702</u>	<u>110.776</u>	<u>38.719</u>	<u>14.466</u>	<u>11.655</u>

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

**Remuneração do pessoal chave da administração**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Salários e encargos	4.315	3.457
Honorários de diretoria	3.306	2.732
Participação nos lucros	1.652	1.248
Planos de aposentadoria e pensão	166	103
Outros benefícios	<u>289</u>	<u>320</u>
	<u>9.728</u>	<u>7.860</u>
<b>12 Demais contas a receber</b>	<b><u>30/09/2016</u></b>	<b><u>31/12/2015</u></b>
Adiantamentos a funcionários	2.304	534
Cartões corporativos	473	306
Outros devedores	<u>1.440</u>	<u>1.921</u>
	4.217	2.761
Circulante	<u>(3.739)</u>	<u>(2.283)</u>
Não circulante	<u>478</u>	<u>478</u>
<b>13 Depósitos judiciais</b>	<b><u>30/09/2016</u></b>	<b><u>31/12/2015</u></b>
ICMS (a)	3.549	3.316
INSS (a)	19.612	18.676
Imposto de renda	5.187	4.769
Processo Administrativo - SRF (b)	7.188	6.829
CIDE (c)	12.741	11.056
Penhora Judicial (d)	20.467	23.209
Trabalhistas (e)	28.867	28.497
Outros	<u>7.730</u>	<u>6.589</u>
	<u>105.341</u>	<u>102.941</u>

## Notas Explicativas

### Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes (probabilidade de perda remota).
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais – DCTF do exercício 2007. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 23(a)).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 11.268) e cíveis (R\$ 9.199). Nas penhoras cíveis, destacam-se execuções judiciais propostas, na sua maioria em 2013, referentes a multas aplicadas pela AGENERSA (R\$ 4.204).
- (e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido a quantidade de processos não há o que destacar já que os valores estão pulverizados.

## 14 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de Passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em Operação	Contrato de Concessão em andamento	Software em Desenvolvimento (d)	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>152.490</b>	<b>604</b>	<b>10.812</b>	<b>1.347.481</b>	<b>1.511.387</b>	<b>177.001</b>	<b>17.531</b>	<b>1.705.918</b>
Aquisição	(15.755)	-	2.772	33.209	20.226	212.719	16.448	249.393
Baixa líquida				(41)	(41)			(41)
Transferência para intangível em operação				136.742	136.742	(136.742)		-
Amortização	(9.058)	(147)	(3.565)	(71.609)	(84.379)			(84.379)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>127.677</b>	<b>459</b>	<b>10.017</b>	<b>1.445.783</b>	<b>1.583.936</b>	<b>252.978</b>	<b>33.979</b>	<b>1.870.892</b>
Custo total	136.735	3.629	84.505	2.348.378	2.573.247	252.978	33.979	2.860.203
Amortização acumulada	(9.058)	(3.170)	(74.488)	(902.595)	(989.311)	-	-	(989.312)
Valor residual	127.677	459	10.017	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.892
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>127.677</b>	<b>459</b>	<b>10.017</b>	<b>1.445.783</b>	<b>1.583.936</b>	<b>252.978</b>	<b>33.979</b>	<b>1.870.892</b>
Aquisição			1.600	24.667	26.267	133.158	2.530	161.954
Baixa líquida				(121)	(121)			(121)
Transferência para intangível em operação			17.532	250.650	268.182	(250.650)	(17.532)	(0)
Amortização	(8.607)	(110)	(4.478)	(58.201)	(71.395)			(71.395)
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2016</b>	<b>119.071</b>	<b>349</b>	<b>24.671</b>	<b>1.662.778</b>	<b>1.806.869</b>	<b>135.485</b>	<b>18.977</b>	<b>1.961.330</b>
Custo total	136.735	3.629	103.637	2.623.574	2.867.575	135.485	18.977	3.022.036
Amortização acumulada	(17.664)	(3.280)	(78.966)	(960.796)	(1.060.706)	-	-	(1.060.707)
Valor residual	119.071	349	24.671	1.662.778	1.806.869	135.485	18.977	1.961.330
Taxas anuais de amortização (%)	6,7	5 e 6,7	20					

- (a) Contrato para exploração de serviços públicos possui um custo de aquisição no valor de R\$ 152.490 (nota 18) referentes ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, onde a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

- (b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total Contrato de Concessão
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>1.890</b>	<b>6.957</b>	<b>1.736</b>	<b>16.349</b>	<b>5.883</b>	<b>8.128</b>	<b>5.264</b>	<b>1.295.448</b>	<b>5.824</b>	<b>1.347.481</b>
Aquisição		-		1.699	757	1.245	1.411	27.489	610	33.209
Baixa líquida				(0)				(41)		(41)
Transferência para intangível em operação		2.280						134.462		136.742
Amortização		(591)	(85)	(2.987)	(1.538)	(1.072)	(1.598)	(61.126)	(2.612)	(71.609)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>1.890</b>	<b>8.646</b>	<b>1.651</b>	<b>15.060</b>	<b>5.102</b>	<b>8.301</b>	<b>5.077</b>	<b>1.396.232</b>	<b>3.821</b>	<b>1.445.783</b>
Custo total	1.890	34.501	11.569	114.135	27.979	18.239	18.289	2.111.895	9.879	2.348.378
Depreciação acumulada	-	(25.855)	(9.918)	(99.075)	(22.876)	(9.938)	(13.212)	(715.663)	(6.058)	(902.595)
Valor contábil atual	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>1.890</b>	<b>8.646</b>	<b>1.651</b>	<b>15.060</b>	<b>5.102</b>	<b>8.301</b>	<b>5.077</b>	<b>1.396.232</b>	<b>3.821</b>	<b>1.445.783</b>
Aquisição				1.010	276	316	158	22.218	688	24.667
Baixa líquida		(60)					(5)	(56)		(121)
Transferência para intangível em operação								250.650		250.650
Amortização		(458)	(64)	(2.315)	(1.178)	(883)	(1.260)	(50.228)	(1.815)	(58.201)
<b>Saldos em 30 de Setembro de 2016</b>	<b>1.890</b>	<b>8.128</b>	<b>1.586</b>	<b>13.755</b>	<b>4.201</b>	<b>7.735</b>	<b>3.970</b>	<b>1.618.816</b>	<b>2.693</b>	<b>1.662.778</b>
Custo total	1.890	34.441	11.569	115.145	28.255	18.555	18.442	2.384.707	10.567	2.623.574
Depreciação acumulada	-	(26.313)	(9.983)	(101.390)	(24.054)	(10.821)	(14.472)	(765.891)	(7.873)	(960.796)
Valor contábil atual	1.890	8.128	1.586	13.755	4.201	7.735	3.970	1.618.816	2.693	1.662.778
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 30 de setembro de 2016 foram de R\$ 16,584 (R\$ 22.022 em 31 de dezembro de 2015) à taxa média de 15,27% (14,34% em 31 de dezembro de 2015).

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**15 Diferido**

	<b>Conversão</b>	<b>Captação de Clientes</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>14.967</b>	<b>28.744</b>	<b>-</b>	<b>43.711</b>
Aquisição				-
Amortização	(9.872)	(14.322)		(24.194)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>5.095</b>	<b>14.422</b>	<b>0</b>	<b>19.517</b>
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(232.624)	(186.498)	(1.109)	(420.231)
Valor residual	5.095	14.422	-	19.517
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>5.095</b>	<b>14.422</b>	<b>0</b>	<b>19.517</b>
Aquisição				-
Amortização	(3.525)	(6.095)		(9.619)
<b>Saldos em 30 de Setembro de 2016</b>	<b>1.570</b>	<b>8.328</b>	<b>0</b>	<b>9.898</b>
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(236.149)	(192.592)	(1.109)	(429.850)
Valor residual	1.570	8.328	0	9.898
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**16 Fornecedores**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
De gás	185.664	243.448
De materiais	5.980	13.988
De serviços	47.345	50.324
	<u>238.989</u>	<u>307.760</u>

**17 Empréstimos e financiamentos**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Financiamentos	44.821	65.691
Linhas de crédito	886.129	811.888
	<u>930.950</u>	<u>877.578</u>
<b>Total do passivo</b>		
Circulante	369.854	333.834
Não circulante	561.069	543.744
	<u>930.950</u>	<u>877.578</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é muito próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	<u>30/09/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Fn (*)</u>	<u>Lc (*)</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>

**(a) Em moeda nacional**

Banco HSBC S.A.	100%	174.303	200.000	69.961	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	100%	89.664	70.000	110.750	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%	24.601	20.220	26.972	38.719
Banco Santander S.A.	100%		113.271	54.590	
ING Bank	100%	988	50.000	2.873	50.000
Banco do Brasil S.A.	100%	47.267		68.233	44.800
Banco Intesa San Paolo	100%		47.605		40.225
Banco Scotiabank	100%	33.031	60.000	455	60.000
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>		<u>369.854</u>	<u>561.096</u>	<u>333.834</u>	<u>543.744</u>

(\*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de renovação de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o 3º trimestre de 2016 com um custo médio de captação de 103% do CDI (104% em 31 de dezembro de 2015).

As operações de financiamentos referem-se a recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2018 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,64% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 121% do CDI ao ano, e não tem garantias oferecidas e cláusulas de covenants.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	104.920	326.650
2018	406.176	217.094
2019	<u>50.000</u>	<u>-</u>
	<u>561.096</u>	<u>543.744</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000

### 18 Concessão a pagar

Em 1º de dezembro de 2014, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que permitiu que a Companhia atenda suas redes locais a partir de gasodutos virtuais, através de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL), desobrigando a mesma da construção de gasodutos físicos para ligação da malha de distribuição à rede local. Dessa forma, o Termo Aditivo permitiu a substituição da construção de gasodutos físicos para atendimento aos municípios de Mangaratiba e Maricá, através de GNC ou GNL.

A CEG assumiu a obrigação de pagar ao Estado do Rio de Janeiro um valor de R\$ 152.490, em três parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11 de dezembro de 2014, a 2ª parcela paga em 23 de dezembro de 2015 e a terceira que estava prevista para o dia 30 de dezembro de 2016 foi antecipada para 29 de setembro de 2016 gerando assim uma receita financeira no valor de R\$2.124, como também, o direito de compensar o valor de R\$ 3.454 referente à prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado a diversos órgãos públicos estaduais sobre faturas em atraso. O pagamento ao Estado do Rio de Janeiro foi no valor de R\$45.252, decorrente de negociação entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, conforme ofício PRESI-049/2016.

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

19 Tributos a recolher	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda a pagar	42.931	41.062
ICMS	19.727	11.691
PIS	1.455	1.361
COFINS	6.776	6.335
INSS terceiros a recolher	1.158	1.028
IRRF terceiros a recolher (a)	172	6.444
CS/PIS/COFINS terceiros a recolher	1.374	1.553
ISS terceiros a recolher	520	694
ISS próprio a recolher	402	556
Taxa agência reguladora	1.205	1.437
Outros	1.968	3.011
	<u>77.688</u>	<u>75.172</u>

(a) A variação ocorrida refere-se, substancialmente, ao IRRF sobre JCP contabilizado em dezembro de 2015 e pago em janeiro de 2016.

**20 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>30/09/2016</u>		<u>30/09/2015</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>294.328</u>	<u>294.328</u>	<u>320.265</u>	<u>320.265</u>
<b>Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%</b>	(73.582)	(26.490)	(80.063)	(28.823)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio				
Adições Permanentes	(2.045)	(736)	(3.977)	(1.431)
Incentivos Fiscais	494		204	
Outros				
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado</b>	<u>(75.133)</u>	<u>(27.226)</u>	<u>(83.836)</u>	<u>(30.254)</u>
Alíquota efetiva	<u>26</u>	<u>9</u>	<u>26</u>	<u>9</u>

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### 21 Patrimônio líquido

#### 21.1 Capital social

O capital social está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	<b>Capital detido (%)</b>
Residentes no exterior:	
Gas Natural Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	<b>100,00%</b>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2016 aprovou o grupamento das ações de emissão da Companhia na proporção de 200 ações ordinárias para 1 ação ordinária, sem modificação do valor do capital social.

#### 21.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

##### (a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

##### (b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Até o ano de 2010 a Companhia constituía reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões em programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás. Já em 2012 os investimentos chegaram a R\$ 115,5 milhões dos quais de R\$ 79,6 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 35,9 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício de 2014 não foi constituída a reserva de expansão, porém, em 2015 conforme definido pela AGOE de 28 de abril de 2015 foi transferido da conta de dividendo adicional proposto para a conta de reserva de expansão o valor de R\$ 160.000. Foi transferido da conta de reserva de expansão o valor de R\$ 80.000 para aumento de capital definido na AGOE supracitada.



## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em AGOE realizada em 27 de abril de 2016, definiu-se o incremento de R\$ 189.121 em reserva de expansão e a transferência de R\$ 101.670 para aumento do capital social, valores estes referentes à distribuição do resultado de 2015.

**(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do início de cada exercício.

Em AGOE realizada em 27 de abril de 2016, definiu-se que o valor de R\$ 35.599 (sendo R\$ 28.305 propostos em 2015 e R\$ 7.294 de dividendos adicionais registrados em 2016) será distribuído a todos os acionistas e que serão pagos em duas parcelas, a primeira paga em 26 de julho de 2016 e a segunda será paga em 20 de dezembro de 2016. O valor de R\$ 45.453, referente aos dividendos de 2015, foi distribuído a todos os acionistas e pagos em parcela única em 26 de julho de 2016.

**(d) Lucro por ação**

O lucro básico por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	<b>30 de setembro de 2016</b>	<b>30 de setembro de 2015</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido	191.969	206.175
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>259.638</u>	<u>259.638</u>
<b>Lucro líquido por ação básico</b>	<u>0,73</u>	<u>0,79</u>

(\*) Durante 2016, a Companhia aprovou o agrupamento de ações na proporção de 200 ações ordinárias para 1 ação ordinária. Para manter a comparabilidade entre os períodos, a quantidade de ações de 2015 também foi agrupada. A quantidade original era de 51.927.546 mil ações ordinárias.

**22 Obrigações com fundo de pensão**

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 foi integralmente quitada em janeiro de 2016.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	52	57
Inativos	<u>1.049</u>	<u>1.053</u>
	<u>1.101</u>	<u>1.110</u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

**(i)** Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual. As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Esta contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida era de 12 anos, sendo integralmente quitada no mês de janeiro de 2016, a qual possuía como base para atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês.

Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cederia o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

**(ii)** Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

**(iii)** Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**(iv)** Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011 o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir desta data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela empresa, totalizaram:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Fundo de pensão (Gásius)	1.592	1.461
Assistência médica	1.770	4.466
	<u>3.362</u>	<u>5.927</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Plano de benefícios – GASÍUS		1.122
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.181	5.203
Prêmio aposentadoria	2.000	1.994
Assistência médica para aposentados	101.566	96.882
	<u>108.747</u>	<u>105.201</u>
Circulante	(19.060)	(16.485)
Não circulante	<u>89.687</u>	<u>88.716</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2015	105.202
Benefícios pagos	4.668
Pagamentos confissão de dívida	(1.134)
Juros confissão de dívida	11
Em 30 de setembro de 2016	<u>108.747</u>

A composição dos ativos do plano em 30 de setembro de 2016 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	238.986
Fundos de investimento de renda fixa	77.261
Títulos privados	8.697
	<u>324.944</u>
Títulos de renda variável	62.073
Investimento imobiliário	37.083
Outros ativos	16.434
	<u>440.534</u>

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

### 23 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	32.938	30.916
Cíveis (a)	25.206	31.377
Tributárias	<u>15.216</u>	<u>13.515</u>
	<u>73.360</u>	<u>75.808</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	75.808
Adições	10.829
Baixas/reversões	(16.944)
Atualizações monetárias	<u>3.717</u>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<u>73.360</u>

A variação deve-se a reversão de provisões classificadas anteriormente como “provável de perda” para “possível de perda”, em decorrência do andamento processual.

#### (a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 12.741 (R\$ 11.056 em 31 de dezembro de 2015) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 13 (c)). Existem ainda R\$ 2.475 (R\$ 2.459 em dezembro de 2015) referentes a honorários de êxito.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Esfera</b>		
Federal	12.741	11.056
Honorário de êxito	<u>2.475</u>	<u>2.459</u>
	<u>15.216</u>	<u>13.515</u>

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**(i) Contingências tributárias com chances de perda possível**

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 90.614 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 210.744 em 31 de dezembro de 2015).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. No trimestre findo em 31 de março de 2016 o processo foi julgado a favor da Companhia e a ação foi extinta. O valor envolvido era de R\$ 124.285 em 31 de dezembro de 2015.
- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 14.916 (R\$ 14.148 em 31 de dezembro de 2015).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 8.079 (R\$ 7.768 em 31 de dezembro de 2015).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 11.761 (R\$ 11.288 em 31 de dezembro de 2015).

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 30 de setembro de 2016,

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

é de R\$ 419.776 (R\$ 405.476 em 31 de dezembro de 2015) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

**(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS**

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 20) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo compensado parcialmente, restando em aberto o montante de R\$ 13.136 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 13.800 em 31 de dezembro de 2015).

**(b) Contingências trabalhistas**

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	41	55
Ex-empregados terceiros	723	767
Outros (Ministério Público, INSS)	<u>14</u>	<u>43</u>
	<u>778</u>	<u>865</u>

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:



## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ex-empregados CEG	8.007	6.889
Ex-empregados terceiros	<u>26.209</u>	<u>24.026</u>
	<u><u>34.216</u></u>	<u><u>30.915</u></u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam em 30 de setembro de 2016 R\$ 60.194 (R\$ 58.603 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

### (c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. Se encontra provisionado o valor de R\$ 9.223. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a CEG a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, a CEG recorreu. O recurso manteve a decisão. Foi interposto pela CEG último recurso cabível em Brasília. A Companhia deu início a uma proposta de negociação do valor final em virtude do falecimento do autor do processo.
- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da provisão é de R\$ 2.187. Não houve alteração. Processo em fase de execução. Aguardando laudo contábil quanto ao valor a ser pago.

## Notas Explicativas

### Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda provável no montante de R\$ 11.993 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

#### 24 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (886.774 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (11.763 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (305 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termelétrico (3 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (449 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

#### Informações por segmento

								2016
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes nº mil (Não revisado)	74.275	61.529	325.157	850.277	517.871	-	-	1.829.110
Receita Bruta	497.482	184.327	506.572	578.251	729.758	129.615	74.527	2.700.532
Deduções	(105.016)	(39.582)	(101.682)	(3.090)	(157.947)	-	(9.155)	(416.472)
Receita Líquida	392.466	144.745	404.890	575.161	571.811	129.615	65.372	2.284.060
Custo	(59.620)	(53.276)	(304.337)	(521.821)	(473.466)	(129.615)	(1.913)	(1.544.048)
Resultado Bruto	332.846	91.469	100.553	53.340	98.345	-	63.459	740.012
Despesas/Receitas Operacionais								(445.684)
Resultado antes da Tributação								294.328
Provisão p/IR e Contribuição social								(102.359)
Lucro/Prejuízo do Período								191.969



**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

## Informações por segmento

2015

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
	Acumulado	Acumulado	Acumulado	Acumulado	Acumulado	Acumulado	Acumulado	Acumulado
Volumes m³ mil (Não revisado)	79.854	65.665	410.504	1.754.164	567.819	0		2.878.006
Receita Bruta	437.009	166.245	543.736	1.114.211	689.553	150.800	84.058	3.185.612
Deduções	(92.101)	(35.556)	(106.500)	(6.379)	(149.245)		(9.238)	(399.019)
Receita Líquida	344.908	130.689	437.236	1.107.832	540.308	150.800	74.820	2.786.593
Custo	(53.855)	(48.666)	(330.829)	(1.041.894)	(453.167)	(150.800)	(1.588)	(2.080.799)
Resultado Bruto	291.053	82.023	106.407	65.938	87.141	-	73.232	705.794
Despesas/Receitas Operacionais								(385.528)
Resultado antes da Tributação								320.266
Provisão p/IR e Contribuição social								(114.091)
Lucro/Prejuízo do Período								206.175

(\*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Receitas de serviços	68.941	79.567
Receitas de serviços taxados	4.952	4.017
Receita de alugueis	633	474
	<u>74.527</u>	<u>84.058</u>

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

**25 Receita**

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

**Demonstração da Receita Líquida**

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Venda de gás	2.496.390	2.950.754
Contratos de construção	129.615	150.800
Outras receitas	74.527	84.867
<b>Total receita bruta</b>	<b>2.700.532</b>	<b>3.186.421</b>
(-) Deduções da receita Bruta	<u>(416.472)</u>	<u>(399.019)</u>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>2.284.060</u></b>	<b><u>2.787.402</u></b>

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### 26 Custo

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Compra de gás e de serviços	1.408.902	1.925.086
Custo dos contratos de construção	129.615	150.800
Custo de pessoal	<u>5.531</u>	<u>4.916</u>
	<u><b>1.544.048</b></u>	<u><b>2.080.802</b></u>

### 27 Compromissos e contingências

#### 27.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o termo aditivo nº 10 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foi acordado a possibilidade de desconstrução parcial das quantidades diárias contratuais – QDCs a partir de 1º de junho de 2015.

Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso *Take or Pay(ToP)* para o ano de 2016 a 2019.

Ao final do 3º trimestre de 2016, com os dados reais apurados e os dados projetados até o encerramento do ano vigente, não há previsão de pagamento de TOP no final do ano.

#### 27.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC aos municípios de Maricá e Mangaratiba.

## Notas Explicativas

### **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG** **Notas explicativas às Informações Trimestrais** **Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 977.222 (moeda dez/11, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo aditivo, tendo sido realizado até junho de 2016 64,5% deste valor, sendo que a concessionária pretende cumprir a meta estabelecida até o fim do ciclo tarifário.

#### **27.3 Revisão tarifária**

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução de 1,99%.

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a AGENERSA determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de 2,85%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

#### **27.4 Recebimento antecipado UTE Baixada Fluminense**

A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento.

No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas sendo a última vencível em 5 de novembro de 2013.

Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero.

As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito foi dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina. Os créditos foram utilizados e finalizados em agosto de 2015.

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

**28 Despesas gerais e administrativas**

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Despesa de pessoal	78.080	74.616
Entidade de previdência privada	4.627	2.171
Utilidades, materiais e serviços	22.601	18.142
Amortização do intangível	81.014	82.465
Provisão para devedores duvidosos	19.708	9.233
Serviços e outros gastos (a)	<u>137.594</u>	<u>120.429</u>
	<u>343.624</u>	<u>307.056</u>

- (a) A variação ocorrida está relacionada a dois acidentes ocorridos em maio de 2015 e abril de 2016, que impactaram diretamente nas despesas relacionadas a atendimento de urgências, materiais e serviços. Ademais, a Companhia substituiu o fornecedor do segmento de call center aumentando o número de postos de atendimento.

**29 Resultado financeiro**

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas sobre aplicações financeiras	2.223	2.202
Atualizações monetárias e cambiais ativas	11.167	6.655
Receita de juros e encargos	9.088	7.324
AVP receita financeira	70	62
Outras receitas financeiras	<u>5.259</u>	<u>2.234</u>
	27.807	18.477
<b>Despesas financeiras</b>		
Ajuste a valor presente do passivo de concessão (a)	(5.154)	-
Juros de empréstimo	(79.640)	(58.389)
IOF	(3.907)	(2.947)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(6.679)	(7.751)
Comissões	(385)	(193)
Fiança bancária	(16.928)	(14.586)
Outras despesas financeiras	<u>(988)</u>	<u>(1.867)</u>
	<u>(113.681)</u>	<u>(85.733)</u>
	<u>(85.874)</u>	<u>(67.256)</u>

- (a) Refere-se ao reconhecimento de ajuste a valor presente do aditivo do contrato de concessão, contabilizado a partir de outubro de 2015.

**30 Seguros (não auditado)**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

contratadas com terceiros:

<b>Ramos</b>	<b>Em reais</b>
	<b>Importâncias seguradas</b>
	(não auditado)
Risco operacional (*)	490.500
Responsabilidade civil geral (*)	250.190
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	4.000
(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.	

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Distribuidora de Gás

do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás S.A. - CEG

(a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2016

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Cláudia Eliza Medeiros de Miranda

Contadora CRC 1RJ087128/O-0

## Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016, LAVRADA EM FORMA SUMÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: Aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2016, às 9:30h (nove horas e trinta minutos), na Avenida Presidente Vargas, nº 1001, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

PRESENCAS: Conselheiros representando a totalidade dos membros do Conselho Fiscal, conforme assinaturas constantes ao final desta ata. Além dos Conselheiros, encontravam-se também presentes à reunião os Srs. Claudia Elisa e Renato Ramos, representante dos Auditores Independentes, o Sr. Marcio Vargas, representante da Gerência de Controle de Gestão, a Sra. Samasse Leal, representante da Diretoria Econômico-Financeira e de Relação com Investidores – DIREF, e a Dra. Monique Arnaud Bogado, representante da Diretoria de Serviços Jurídicos - DIJUR.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Renato Achutti, que convidou a Dra. Monique Arnaud Bogado para secretariar os trabalhos sob aprovação unânime dos presentes.

ORDEM DO DIA: 1) Apresentação dos Resultados Acumulados até setembro 2016; 2) Aprovação das Informações Trimestrais – ITR do 3º trimestre de 2016; e 3) Aprovação do encaminhamento da proposta de pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio - JCP à Assembleia de Acionistas.

MANIFESTAÇÕES E SOLICITAÇÕES: 1) O relatório dos Auditores Independentes foi emitido sem ressalvas, conforme informação prestada pelo representante dos Auditores Independentes.

DELIBERAÇÕES: 1) Foram demonstrados os Resultados Acumulados até setembro 2016, bem como foi informado sobre a antecipação do pagamento da 3ª parcela do acordo com o Governo do Estado; 2) Os Conselheiros Fiscais presentes, por unanimidade, opinaram pela aprovação dos termos das Informações Trimestrais relativas ao terceiro trimestre do exercício de 2016; e 3) Os Conselheiros Fiscais presentes, por unanimidade, opinaram pela aprovação do encaminhamento da proposta de pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio - JCP à Assembleia de Acionistas da empresa. Fica agendada a próxima reunião do Conselho Fiscal no dia 22.03.2017 às 09:30h.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Reunião, lavrando-se a presente ata, que vai assinada por todos os Conselheiros, tendo sido lida e achada conforme por todos os presentes.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de novembro de 2016.

Felipe Kfuri Moreira Da Silva

Renato Achutti

Manoel Eduardo Lima Lopes

Monique Arnaud Bogado

Secretária

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, com base no trabalho de acompanhamento desenvolvido pelo Conselho Fiscal, nas informações prestadas pela Administração da Companhia e após revisão das informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo na data mencionada anteriormente, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, além da demonstração intermediária do valor adicionado, por unanimidade, opinam pela aprovação dos termos das Informações Trimestrais relativas ao 3º Trimestre de 2016. Opinaram também, por unanimidade, pela aprovação do encaminhamento da proposta de pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio - JCP à Assembleia de Acionistas da empresa.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de novembro de 2016.

Felipe Kfuri Moreira Da Silva

Renato Achutti

Manoel Eduardo Lima Lopes